



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A Formação em Educação Física e sua (des)aproximação com o Sistema de Saúde Brasileiro.

Maria Luci Esteves Santiago*

Alex Soares Marreiros Fe **

José Ivo dos Santos Pedrosa**

Resumo: A Atuação dos Professores de Educação Física (EF) no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, em especial na atenção básica, é tema que ganha importância e destaque na atualidade. Desta forma buscou-se analisar, no Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (PPCEF) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação em Educação Física (DCNEF), as competências a serem desenvolvidas no processo formativo para a atuação no Sistema de Saúde (SUS); O PPCEF/UFPI e DCNEF orientam uma formação para promoção, prevenção e recuperação da saúde, com propostas de intervenções direcionadas ao atendimento primário em saúde de forma integrada e contínua com as instâncias do sistema de saúde, articuladas com suas estruturas consultivas e deliberativas baseadas no conhecimento da política de saúde nacional. Contudo a efetivação da formação com subsídios mínimos para essa atuação parecer estar prejudicada, visto que a única disciplina que evidenciava uma discussão sobre saúde pública no PPCEF, teve a temática suprimida, como observado no plano da disciplina, evidenciado um retrocesso no currículo do curso. Percebe que a formação em EF ainda esta sustentada em pressupostos distantes dos princípios do SUS, mesmo diante da indicação legal que atribui ao SUS o ordenamento da formação dos profissionais de saúde. Nas DCNEF o SUS não é sequer mencionado, reafirmando a distância entre as políticas de formação em EF e o campo da atenção básica em saúde. Essa ausência pode estar relacionada à falta de compreensão das demandas do SUS para a área específica fruto, ainda, da baixa inserção dos profissionais de EF na rede de serviços de saúde de nosso país. Acredita-se como necessária uma reformulação nas DCNEF e do currículo da EF, no sentido de oportunizar uma formação que contemple competências relacionadas a atuação no SUS, objetivando qualificar o processo formativo da EF, para intervenção pautadas nos princípios e diretrizes do SUS.

Palavras Chaves: Formação; Educação Física; Sistema Único de Saúde.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física foi reconhecida formalmente como uma das categorias profissionais da saúde em 1997, por meio da resolução nº 287, do Conselho Nacional da Saúde (BRASIL, 1997). Desde então, a atuação dos Professores de Educação Física (EF) no Sistema Único de Saúde (SUS) em especial no na Atenção Básica, é tema que ganha importância e destaque. Fato que esta relacionado ao “papel da Educação Física

* Universidade Federal do Piauí (UFPI)

** Universidade Federal do Ceará (UFC)



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

na grande área da saúde, seja na sua promoção, prevenção ou recuperação de doenças crônicas e agudas” (LUZ, 2007, p. 13).

Contudo a inserção do profissional de EF no SUS evidenciou a fragilidade de sua formação, apontada como insuficiente para atuar na saúde pública (FALCI; BELISÁRIO, 2013).

Na tentativa de tornar a formação dos profissionais de saúde consonante aos princípios e diretrizes do SUS, o Ministério da Saúde e da Educação vem, ao longo dos anos, implementando e apoiando ações na formação acadêmica, destacando-se a homologação, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em saúde. Nesse contexto, algumas Instituições de Ensino Superior vem promovendo mudanças curriculares para aproximar a formação às necessidades do Sistema de Saúde. Entretanto essas mudanças, ainda parecem insuficientes (ANJOS, DUARTE, 2009; BRUGNEROTTO, 2008).

Nesse sentido, este artigo buscou analisar, no Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (PPCEF) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação em Educação Física (DCNEF), as competências a serem desenvolvidas no processo formativo para a atuação no SUS. O referido artigo compõe um recorte da dissertação de mestrado do Programa Ciências e Saúde, da linha Ensino na Saúde, destinada a analisar o enfoque/abordagem da saúde que orienta os documentos normativos do Curso de Educação Física na UFPI (CEF/UFPI). E que integra uma pesquisa matricial da Linha de Estudos centrado na formação dos profissionais na área da saúde na UFPI, construído em resposta ao Edital n. 24/2010 da CAPES/DPB/CGPE/CII – Pro-Ensino na Saúde. E visa à construção de linha de base da avaliação do ensino em saúde na UFPI a partir da caracterização do perfil da formação dos sete cursos da área da saúde, e curso de Serviço Social, com base em dados quantitativos e qualitativos, considerando cinco eixos de análise: enfoque teórico, abordagem pedagógica, cenários de prática, capacitação docente, mercado de trabalho e serviços de saúde, a partir do modelo de Lampert (2002).



2. METODOLOGIA

Este estudo está situado no campo das pesquisas descritivas e exploratórias do tipo documental numa abordagem qualitativa, desenvolvida na UFPI, campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina/Piauí.

O Projeto Pedagógico (PPCEF) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física (DCNEF) constituíram o corpus da pesquisa. O PPCEF foi obtido na coordenação do CEF/UFPI; as DCNEF foram acessadas pelo portal do Ministério da Educação¹.

Para a análise dos dados foram realizadas leituras sucessivas nos documentos buscando aproximação com o objeto de estudo da pesquisa, tendo como alicerce o referencial teórico de Gil (2009) e Cervo, Bervian e Da Silva (2007). Os autores sugere quatro fases de leitura para a pesquisa documental: A leitura exploratória, a leitura seletiva, a leitura analítica e a leitura interpretativa. Utilizou-se também como base para a análise dos dados contidos nos documentos, a Análise de Conteúdo, especialmente no que se refere a inferência e interpretação dos dados, de modo significativo.

A pesquisa foi submetida ao CEP da UFPI, sob a certificação (CAAE) nº 28154114.9.0000.5214.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

O PPCEF/UFPI e DCNEF orientam uma formação para promoção, prevenção e recuperação da saúde, com propostas de intervenções direcionadas ao atendimento primário em saúde de forma integrada e contínua com as instâncias do sistema de saúde, articuladas com suas estruturas consultivas e deliberativas baseadas no conhecimento da política de saúde nacional. Tais orientações são evidenciadas nos trechos abaixo:

Atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com **ênfase nos atendimentos primários** e secundários. (PPCEF/UFPI, p.19)

Responder às especificidades regionais de **saúde**, educação e esporte através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, **dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades**. (PPCEF/UFPI p. 20)



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Planejar e implementar **programas** de educação e **promoção à saúde**, considerando as especificidades dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde e trabalho. (PPCEF/UFPI, p.20)

Diagnosticar os interesses, as expectativas e **as necessidades das pessoas** [...] de modo a planejar, [...] projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da **saúde**, [...]. (DCNEF, p.02)

Contudo questiona-se, no caso específico do PPCEF/UFPI, e no que concerne as possibilidades de atender as necessidades de saúde ou de “atuar nos diferentes níveis de atendimento à saúde, com ênfase nos atendimentos primários e secundários”, se com a configuração atual do PPCEF/UFPI e DCNEF, se efetivará a formação com subsídios mínimos para essa atuação, visto que não se observa no ementário, da única disciplina que evidenciava a discussão sobre saúde pública - disciplina Higiene, Saúde e Meio Ambiente - conteúdo voltados para política ou sistema de saúde, especialmente para o Sistema Único de Saúde – SUS. No PPCEF/UFPI se observa o tema saúde pública na disciplina, mas ao acessar o plano de curso atual da disciplina percebeu-se que a temática foi suprimida.

E para se debater saúde é imprescindível falar de SUS. Nesse sentido, Rocha e Centurião (2007) acrescentam que, inserir o debate sobre SUS na formação, exige discutir seus princípios doutrinários, ou seja, uma prática que garanta a universalidade, equidade e integralidade da atenção.

Destacam-se também limitações na bibliografia. Esta está direcionada predominantemente para aspectos relacionados ao treinamento/preparação, condicionamento e avaliação física; prevenção de doenças, promoção da saúde e qualidade de vida relacionada à atividade física. Não se verifica-se espaços de discussões sobre Integralidade, Determinantes Sociais da Saúde, Humanização, enfim, bases teóricas indispensáveis ao cuidado em saúde. Deve-se salientar ainda, a ausência de referências oficiais que norteiem as políticas públicas de saúde no Brasil (Política de Promoção da Saúde, Leis Orgânicas da Saúde, etc) e que deveriam constituir o eixo estruturante da formação em saúde na EF, o que reforça a distância existente entre as instituições de ensino e a formação de recursos humanos para a saúde pública/SUS, como já apontado.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Nesse sentido, voltado a formação em saúde coletiva, percebeu-se a supressão, no plano de disciplina, das únicas bibliografias que direcionam para este enfoque, comparando com a informação encontradas no PPCEF/UFPI. Literaturas que poderiam contribuir para o debate com perspectiva mais ampliada sobre a saúde. É o caso da obra “A saúde em estado de Choque”, de Minayo et al (1986) e o artigo “Educação ou saúde? Educação x saúde? Educação e saúde” de Collares e Moyses (1985). Realidade esta talvez justificada pelo fato da Matriz Curricular não apresentar disciplina voltada às áreas da Saúde Pública/ Coletiva e/ou Promoção da Saúde, o que seria bastante desejável considerando as competências e habilidades previstas para o futuro profissional de Educação Física de acordo com o PPCEF/UFPI e DCNEF.

Os trechos a seguir do PPCEF/UFPI, corroboram essa premissa e ressaltam as atribuições/habilidades para esse mercado de trabalho, relacionadas a saúde, do futuro professor de EF:

O profissional de Educação Física deve assegurar que sua prática seja realizada de forma segura, integrada e contínua **com as demais instâncias do sistema de saúde.** (PPCEF/UFPI, p.16)

Compreender a **política de saúde**, de educação e de esporte [...]. (PPCEF/UFPI, p.19)

Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas **do sistema de** educação, esporte e **saúde.** (PPCEF/UFPI, p. 20)

Reconhecer o papel social do Profissional de Educação Física para atuar em atividades de **política e planejamento em saúde**, educação e esporte. (PPCEF/UFPI, p.20)

Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde, educação e esporte. (PPCEF/UFPI, p.20)

As deficiências supracitadas podem ser justificadas pelo fato da disciplina Higiene, Saúde e Meio Ambiente ter incorporado a discussão sobre saúde pública depois da sua última alteração curricular², para atender as exigências da instituição de ensino, no sentido de incluir as temáticas de Ética, Meio Ambiente, Gestão e Língua Brasileira de Sinais nas disciplinas. Desta forma percebe-se que a discussão da Saúde Pública se incorporou ao currículo com a entrada da temática de Meio Ambiente, no caso específico desta disciplina, que teve seu nome modificado de Higiene aplicada a Educação Física para Higiene, **Saúde e Meio Ambiente**. Todavia, atualmente o PPCEF



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

foi marcado por um retrocesso ao extrair a temática Saúde Pública do plano de disciplina. Como observado nos trechos abaixo da ementa do currículo atual e da ementa do currículo anterior, no PPCEF/UFPI:

Higiene aplicada a Educação Física (PLANO ATUAL DA DISCIPLINA, 2013)

EMENTÁRIO: Higiene das instalações esportivas. Atividade física como profilaxia. Efeitos nocivos das drogas. Efeitos climatológicos sobre o exercício físico. Educação Ambiental. Ecologia. Saúde Mental: Estresse.

Higiene, Saúde e Meio Ambiente (PPCEF/UFPI 2009)

EMENTÁRIO: **Saúde Pública** e meio ambiente. Higiene individual e Coletiva. Saúde e Educação Física Escolar. Higiene do ambiente para as práticas esportivas. Efeitos nocivos das drogas à saúde. Dopping. Saúde Mental. Estresse x atividade física. Efeitos climatológicos sobre o exercício físico. Esportes Ecológicos na Escola.

Higiene aplicada a Educação Física (PPCEF/UFPI 2006)

EMENTÁRIO: Higiene das instalações esportivas. Atividade física como profilaxia. Efeitos nocivos das drogas à saúde. Efeitos climatológicos sobre o exercício físico. Saúde Mental. Estresse.

Fraga, Carvalho e Gomes (2012) confirmam que a atuação na área ainda esta sustentada em pressupostos teóricos tradicionalmente distantes dos princípios do SUS. Realidade esta, presente mesmo diante da indicação legal³ que atribui ao SUS o ordenamento da formação dos profissionais de saúde⁴.

Direcionado a discussão para as DCNEF, destacam que é possível verificar, em quase todas as DCN dos cursos da Saúde, excetuando-se os cursos de Medicina Veterinária, Psicologia, **Educação Física** e Serviço Social o compromisso de que a formação do profissional de saúde deve contemplar o sistema de saúde vigente no país (SUS), o trabalho em equipe e a atenção integral à saúde (CECCIM,FEUERWERKER; 2004) (grifo nosso).

Ratificam Fraga, Carvalho e Gomes (2012) que o SUS não é sequer mencionado nas referidas DCNEF, reafirmando a distância entre as políticas de formação em EF e as do campo da saúde. Para os autores essa ausência pode estar relacionada à baixa inserção dos profissionais de EF na rede de serviços de saúde, como também pela falta de compreensão das demandas do SUS para a área específica. Contudo, a inserção



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

formal dos profissionais da EF em programas, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e mais recentemente nos Polos de Academia da Saúde (PAS), “indica a potencialidade deste profissional na articulação de práticas de cuidado de caráter multiprofissional, inspiradas no princípio da integralidade da atenção” (FRAGA, CARVALHO, GOMES; 2012, p. 379).

Cabe-se ponderar aqui as afirmações de Pasquim (2010), que sinalizam que apesar das competências profissionais da EF relacionadas à saúde se repetirem nas DCN (responsável pela “prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde”), estas surge aparentemente como reserva de mercado, pois não impôs nenhuma alteração na intervenção/formação profissional, como observado no paragrafo supracitado.

Desta forma, recai sobre as iniciativas do Ministério da Saúde (PRO e PET-SAUDE) uma grande responsabilidade em tentar minimizar essas fragilidades e aproximar as instituições formadoras aos serviços de saúde. E apesar de suas limitações (número limitado de graduandos envolvidos, por ser atividade extracurricular), essas iniciativas já começam a produzir reações na formação dos estudantes, em algumas Instituições de Ensino Superior. Já se percebe um tênue movimento de inserção de disciplinas e estágios que tratam do SUS em alguns currículos da graduação, como demonstrado por Pasquim (2010).

Além disso, questiona-se, ou melhor, aponta-se como dificultador para uma atenção que contemple as necessidades de saúde da população, bem como a inserção nesse mercado de trabalho (SUS), o enfoque biologicista da saúde ainda muito presente na EF (FALCI; BELISÁRIO, 2013; BRUGNEROTTO, 2008) . Fato que desloca a atuação profissional da necessidade reais de saúde (ou seja, dos problemas de saúde serem percebidos/compreendidos na sua totalidade/integralidade, com uma visão ampliada de saúde), para uma atuação que introjeta conceitos e valores ligados a uma visão de saúde individualista, que culpabiliza o indivíduo por ter ou não saúde, direcionando a formação do professor de EF à aquisição de habilidades e competências para intervir na modificação do estilo de vida das pessoas (prescrição, monitoramento e avaliação de atividades físicas), enfocando a área na prevenção de doenças.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, crê-se necessária uma reformulação nas DCNEF e reestruturação curricular de EF, no sentido de oportunizar uma formação que contemple efetivamente as competências relacionadas a atuação no sistema de saúde, e conseqüentemente as necessidades básicas de saúde da população, com vistas a alcançar e qualificar o processo formativo no Curso de Educação Física, para intervenção pautadas nos princípios e diretrizes do SUS.

REFERÊNCIAS

ANJOS, T.C.; DUARTE, A.C.G.O. A Educação Física e a Estratégia de Saúde da Família: formação e atuação profissional. **Physis**, v.19, n.4, p.1127-44, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. –Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 4 de outubro de 2007a**. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 218**, de 06 de março de 1997. Reconhece os profissionais da área da saúde.

BRUGNEROTTO, F.A. Caracterização dos currículos de formação profissional em Educação Física: um enfoque sobre saúde /Fábio Augusto Brugnerotto. Piracicaba, 2008.110f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L.C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 5, Out. 2004 .

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

FALCI, Denise Mourão; BELISARIO, Soraya Almeida. A inserção do profissional de educação física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 17, n. 47, Dec. 2013

FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. Políticas de formação em Educação Física e saúde coletiva. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 367-386, nov. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.176p.

LAMPERT, J. B. **Tendências de mudanças na formação médica no Brasil. 2002. 219f.** Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

LUZ, M. T. **Novos saberes e práticas em saúde coletiva**: estudo sobre racionalidades médicas e atividades corporais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 174 p.

PASQUIM, Heitor Martins. A saúde coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. *Saude soc.*, São Paulo, v. 19, n. 1, Mar. 2010.

ROCHA, V. M.; CENTURIÃO, C. H. Profissionais da saúde: formação, competência e responsabilidade social. In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). **Educação Física e saúde coletiva**: políticas de formação e perspectivas de intervenção / Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 17-32, 2007.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014**. Teresina: EDUFPI, 2010

1 BRASIL. CNE/CES. **Resolução CNE/CSE nº 7**, de 31 de março de 2004a. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991.

2Através da Resolução CEPEX/UFPI nº 123, datada de 22 junho de 2009.

3 A Constituição Federal, de 1988, no seu Artigo 200, paragrafo III, define como competências do Sistema Único de Saúde, ordenar a formação de Recursos Humanos na área da saúde; bem como a Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080, de 1990, no seu Art. 6º, parágrafo III, aponta como campo de atuação do SUS a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde; e no Art. 27 destaca que a política de recursos humanos na área da saúde, em todas as esferas de governo, tem como objetivos a organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal. Nesse sentido, coadunam-se as iniciativas do Ministério da Saúde, como o PET-SAUDE, que objetivam capacitar os diversos cursos da área da saúde, entre eles a Educação Física, para atuarem nesse mercado de trabalho – SUS.

4 Nesse sentido, coadunam-se as iniciativas do Ministério da Saúde, como o PET-SAUDE, que objetivam capacitar os diversos cursos da área da saúde, entre eles a Educação Física, para atuarem nesse mercado de trabalho – SUS.



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

5 A bibliografia da disciplina Preparação profissional em Educação Física, mencionadas no PPCEF/UFPI são: OLIVEIRA, Marcos A . **O novo mercado de trabalho**: guia para iniciante. Rio de Janeiro: Senac, 2004 e GILIO, Ismael. **Trabalho e educação**: formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel, 2003.